



## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO

### COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS - UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a realização de serviços comuns de engenharia para adaptação, adequação, recuperação, conserto e reparo das instalações prediais da nova sede da Unidade Regional do Ceará (URCE) da Agência Nacional de Transportes terrestres (ANTT), situada na Av. Deputado Paulino Rocha, 281- Bairro Cajazeiras em Fortaleza/CE, sem dedicação exclusiva da mão de obra e com fornecimento de materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (MÁXIMO)
1	Prestação de serviços comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e de mão de obra, conforme Tabela SINAPI, quando aplicável (art. 3º do Decreto nº 7.893, de 08/04/2013) ou por meio de pesquisa de preços no mercado local, nas instalações prediais da sede da Unidade Regional do CEARÁ (URCE),	Serviço	1	R\$ 276.618,75

1.2. A licitação será realizada em único item. Os quantitativos, preços unitários e respectivos códigos dos serviços são discriminados na tabela no **ANEXO I**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. Considerando o exposto no art. 7º do Decreto nº 10.024m, de 20 de setembro de 2019, o critério **de julgamento adotado será o maior percentual de desconto ofertado sobre o valor estimado**. Na execução dos serviços, esse desconto ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela SINAPI, Unidade da Federação do Ceará no mês outubro/2021.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 180(cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogável por interesse das partes até por igual período, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. Não se trata de prestação complexa e de grandes dimensões, classificada como serviço comum. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, sozinhas, participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto. Portanto, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição. Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 – TCU- Plenário nº 1.636/2007 – TCU – Plenário nº 566/2006 – TCU – Plenário são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Enfim, não será admitida a participação de consórcios.

1.7. O pagamento do 1º (primeiro) mês de serviços segundo o cronograma físico financeiro (**ANEXO II**) realizado a CONTRATADA ficará condicionado à apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.

1.8. Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser novos, de modo a garantir a durabilidade/qualidade do serviço executado.

1.9. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas inerentes à perfeita execução dos trabalhos tais como: transportes, estadia e alimentação das equipes, equipamentos, ferramentas e materiais, taxas e tributos inerentes à execução dos serviços.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares e considerando as especificações dos serviços necessários, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Contratação de pessoa jurídica, com registro ou sua inscrição e do(s) responsável(is) técnicos indicado(s), engenheiro(s) civil(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região a que estiverem vinculados;

5.1.2. Ter capacitação técnica e experiência prática para prestar os serviços comprovada através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.1.4. Disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal técnico especializado para cumprimento do objeto da licitação;

5.1.5. Executar os trabalhos com utilização de mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar as normas técnicas gerais exigidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na fiscalização e execução correspondentes a cada serviço descrito no Termo de Referência;

5.1.6. Declaração de Vistoria conforme modelo no anexo 3 ou Declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto e entrega dos serviços;

5.1.7. Além das exigências de documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e de que cumpre o disposto no art.27, inciso V da Lei 8.666/93 ( não empregar em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir de quatorze anos).

5.2. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias e iniciar-se-á na data da emissão da ordem de serviço, podendo por interesse das partes, ser prorrogado por igual período.

5.3. Cabe realçar que o fato de ser classificado como serviço comum, não há necessidade da contratada promover transição contratual com transferência de tecnologia ou técnicas.

5.4. Os materiais a empregar nos serviços contratados deverão ser novos, de primeira qualidade ou equivalentes e obedecer às especificações do presente trabalho, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos. As marcas dos fabricantes são indicativas da equivalência a ser exigida.

5.5. Reserva-se à URCE o direito de impugnar o andamento das atividades e serviços e a aplicação de materiais ou equipamentos que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a contratada a desmanchar por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações.

5.6. Os orçamentos dos serviços foram elaborados com base na tabela de Custos e Composições Sintéticos Desonerados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para a unidade federativa do Ceará no mês de referência de outubro/2021. Quando o item não constar no SINAPI, os preços foram compostos utilizando-se pesquisa de preços no mercado local.

5.7. No orçamento proposto, não poderá haver preço unitário inexecutável, assim como, não poderá haver preço unitário com valor superior ao do orçamento referencial da ANTT. Desta forma, o orçamento proposto será menor ou igual ao orçamento referencial deste TR.

5.8. A proposta deverá ter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura.

5.9. O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.10. As obrigações da contratada e contratante estão previstas neste TR.

## 6. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. A vistoria deverá ser agendada com antecedência de 2 (dois) dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelos telefones (85) 3388-8100.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, sendo esta facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (**ANEXO III**).

## 7. DOS CRITERIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto no documento Estudo Técnico Preliminar anexo deste Termo de Referência.

## 8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. O serviço de recuperação dos ambientes deverá iniciar pela remoção de telhas do prédio onde não foi realizado este serviço, com instalação de telhas de fibrocimento ondulada (sem amianto), inclusive colocação de calhas e canos para caimento de água;

### 8.1.2. Salas para escritórios, arquivos e descanso de motoristas:

8.1.2.1 Instalação de nova rede elétrica e eletrônica em todos os ambientes internos do prédio onde não foi realizado este serviço, colocando equipamentos novos (eletrodutos, eletrocalhas, disjuntores, luminárias de sobrepôr, espelhos, interruptores, tomadas, cabos de cobre, patch cord, patch panel, parafusos, porcas, terminais de compressão, etc). A quantidade de equipamentos será melhor detalhada no anexo 1 deste TR e a localização de tomadas, interruptores, luminárias e pontos da rede estabilizada será definida pela equipe de fiscalização do contrato;

8.1.2.2. Recuperação de tetos e paredes através de reboco de furos e emassamento do desnivelamento de superfície;

8.1.2.3. Recuperação ou instalação de esquadrias de vidro para vedar a passagem de ar e permitir iluminação natural nas janelas externas com combogós;

8.1.2.4. Substituição do piso nas salas indicadas conforme detalhamento por ambiente no anexo deste TR. O tipo, modelo e cor do piso cerâmico esmaltado a ser instalado deverá seguir ao mesmo padrão dos ambientes que já foram recuperados em agosto/2021;

8.1.2.5. Instalação de divisórias, janelas e portas novas nos locais indicados no anexo deste TR;

8.1.2.6. Emassamento e lixamento de tetos e paredes em todos os ambientes internos;

### 8.1.3. Banheiros masculino e feminino

8.1.3.1. Instalação de um sanitário com descarga acoplada no banheiro feminino;

8.1.3.2. Colocação de novos azulejos sobrepondo os existentes e na altura dos revestimentos já existentes no banheiro feminino;

8.1.3.4. Permuta de tomadas, interruptores e luminárias por luminária de sobrepôr ideal para lavatórios;

8.1.4.5. Recuperação de janelas com combogós;

8.1.4.6. Colocação de papel parede a partir dos azulejos até o teto.

#### 8.1.4. Banheiros masculino sala motoristas

- 8.1.4.1. Recuperação ou Instalação do sistema hidráulico através da ligação dos pontos de distribuição com pontos de consumo;
- 8.1.4.2. Instalar sanitário com descarga acoplada, pia e chuveiro;
- 8.1.4.3. Colocação de azulejos na altura dos existentes nos demais banheiros;
- 8.1.4.4. Permuta de tomadas, interruptores e luminárias por luminária de sobrepor ideal para lavatórios;
- 8.1.4.5. Recuperação de janelas com combogós, tetos e paredes através de reboco de furos e emassamento do desnivelamento de superfície;
- 8.1.4.6. Instalação de piso e porta.

#### 8.1.5. Sala para Refeitório

- 8.1.5.1. Recuperação ou Instalação do sistema hidráulico através da ligação de pia;
- 8.1.5.2. Instalar lavatório de mão;
- 8.1.5.3. Permuta de tomadas, interruptores e luminárias por luminária de sobrepor ideal para lavatórios;
- 8.1.5.4. Recuperação ou instalação de esquadrias de vidro para vedar a passagem de ar e permitir iluminação natural nas janelas externas com combogós;
- 8.1.5.5. Emassamento e lixamento de tetos e paredes.

#### 8.1.6. Área externa Sul

- 8.1.6.1. Instalação de coberta abobadada em ferro e telhas translúcida
- 8.1.6.2. Recuperação do piso
- 8.1.5.2. Limpeza e reativação do poço;
- 8.1.5.3. Recuperação e pintura do muro, alambrado e portão de ferro

#### 8.1.7. Área externa Norte

- 8.1.7.1. Recuperação em pavimentação asfáltica das vias internas de circulação;
- 8.1.7.2. Recuperação dos muros divisor leste, oeste e fachada principal ao norte;
- 8.1.7.3. Recuperação dos pilares e substituição da coberta da garagem dos veículos oficiais;
- 8.1.7.4. Reforma do piso da garagem dos veículos oficiais;
- 8.1.7.5. Instalação do Totem e instalação de comunicação oficial no lado do muro externo da fachada;
- 8.1.7.6. Recuperação do bicicletário.

- 8.1.8. Pintura de teto e paredes em todos os ambientes reformados.

8.2. O início dos serviços deverá ser solicitado através de Ordem de Serviço expedida pela Equipe de Fiscalização do contrato.

8.3. O prazo para início dos serviços pela contratada deverá ser no máximo 10(dez) dias uteis a partir do recebimento da ordem de serviços.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas necessários, nas quantidades e comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, promovendo sua substituição quando necessário, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica.

9.2. A equipe de fiscalização do contrato deverá atentar para qualidade dos materiais empregados e aprovar amostras antes do seu emprego.

## 10. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O horário de trabalho para execução dos serviços deverá ser compreendido das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

10.1.2. A contratada deverá informar, por escrito, o nome dos profissionais que executarão os serviços para fins de autorização do acesso de entrada. Não cabendo autorização para aqueles profissionais não indicados pela contratada, salvo sob autorização excepcional da equipe de fiscalização do contrato.

10.1.3. A entrada de fornecedores para entrega ou retirada de material deverá ser informado antecipadamente à equipe de fiscalização do contrato para fins de autorização do acesso de entrada.

10.1.4. Todos os profissionais da contratada deverão estar vestidos com fardamento da empresa e adequados à realização do serviço, além de adotar postura e comportamento para o trabalho em ambiente público.

10.2. Os proponentes deverão apresentar proposta de preços contendo:

10.2.1. Especificações com discriminação dos serviços, em conformidade com as previstas neste Termo de Referência;

10.2.2. Preços, contemplando os valores, em moeda nacional, em algarismo, já considerando todos os tributos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

10.2.3. Prazo de validade da proposta, mínimo de 60(sessenta) dias, a contar da apresentação da proposta;

10.2.4. Dados bancários da proponente, vedada a indicação de outra pessoa, física ou jurídica.

10.3. Será considerada vencedora a proposta de menor preço, desde que atendidas as exigências neste termo de Referência.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da contratante, além das demais previstas neste Termo de Referência:

11.1.1. Receber provisoriamente o serviço;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor designado;

11.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

11.1.5. Informar à contratada sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da contratada, além das demais previstas neste Termo de Referência:

12.1.1. O licitante deverá apresentar documentação que comprove o registro ou sua inscrição e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA da região a que estiver vinculada a pessoa jurídica licitante;

12.1.2. Executar todos os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constante no edital de licitação e na sua proposta, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;

12.1.3. Obedecer ao conteúdo do relatório Planilha de Quantitativos e Preços Unitários dos Serviços (**ANEXO I**), bem como às especificações constantes no caderno de Encargos, se houver;

12.1.4. Dirigir, supervisionar, administrar, contratar pessoal e fornecer os recursos materiais necessários à execução dos serviços contratados, sob a ótica e exclusiva responsabilidade;

12.1.5. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a contratante, obrigando-se ainda, pelos encargos legais de qualquer natureza, notadamente os referentes às leis trabalhistas, previdenciárias, parafiscais e fiscais;

12.1.6. Corrigir incontinenti, às suas custas, sem qualquer ônus para a contratante, e dentro de prazo compatível, quaisquer erros, incorreções ou omissões observadas nos serviços a seu cargo;

12.1.7. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos;

12.1.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do contrato;

12.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

12.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

12.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.12. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites estabelecidos no art.65, inciso 1º da lei 8.666/93;

12.1.13. Apresentar nome e telefone de um profissional da empresa que atuará como preposto, bem como de um substituto em caso de eventual impedimento do primeiro, conforme preceitua o art.68 da Lei 8.666/93;

12.1.14. Executar fielmente o objeto do contrato dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidade exigidas;

12.1.15. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante;

12.1.16. Declarar que todos os direitos autorais e patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos realizados pela contratante com a utilização das imagens cedidas pela contratada são de exclusiva propriedade da primeira, ficando vedado à segunda qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob pretexto, do material produzido, sem autorização da contratante, sob as penas da lei.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 %(trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.1.2. A subcontratação depende de autorização previa da contratada, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessária para a execução do objeto.

13.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratação, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da contratante, por meio da Equipe de Fiscalização.

15.2. A fiscalização de que trata o item anterior será exercida no interesse da Administração.

15.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem quaisquer ônus para a contratante.

15.4. A fiscalização por parte da contratante não exclui qualquer responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes ou prepostos, em conformidade com o disposto no art.70 da lei 8.666/93.

15.5. O responsável pela fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mes e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. O recebimento provisório dos serviços objeto do contrato dar-se-á mediante termo próprio, assinado pela comissão de recebimento dos serviços, dentro de 10(dez) dias da comunicação escrita da contratada e após a verificação de que se encontram prontas e em condições de serem recebidas.

16.2. No ato da assinatura do Termo de Recebimento provisório, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

16.2.1. Comprovação de regularidade com a Seguridade Social;

16.2.2. Comprovação de regularidade com o FGTS;

16.2.3. Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, abrangendo esta, a regularidade junto à Secretaria da Receita Federal ;

16.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

16.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

16.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.3.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.3.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.2. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.4. A aprovação de medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

16.6. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.10. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.12. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.13. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.14. Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.15. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.16. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

16.17. O prazo para recebimento definitivo será de até 5 dias.

16.18. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.19. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será realizada conforme execução dos serviços em atendimento ao cronograma físico-financeiro (**ANEXO II**)

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 10 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

18.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5. Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

### **Multa de:**

0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e



0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si

18.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.6 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

18.8. Também fica sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 19. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)

19.4. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

19.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

19.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

19.6.1. Para o Engenheiro Civil serviços de engenharia, hidráulica, elétrica e eletrônica:

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

19.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

19.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

19.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

19.10. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

19.11. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.11.1. Valor Global: R\$ 276.618,75 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)

19.11.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

19.11.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

19.12. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.13. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 20. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O valor máximo aceitável para contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será R\$ 276.618,75 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

## 21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

**ANEXO I – Planilha de Quantitativos e Preços Unitários dos Serviços;**

**ANEXO II – Cronograma físico-financeiro;**

**ANEXO III – Declaração de Vistoria**

**ANEXO IV - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).**

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Irineu Pires Sobrinho	Matrícula/SIAPE: 1720667
<p>(Assinado Eletronicamente)</p> <p><b>Irineu Pires Sobrinho</b></p> <p><b>Engenheiro Civil - COFER/URCE</b></p> <p><b>Fortaleza, 19 de novembro de 2021.</b></p>	
Nome: José Carlos de Castro	Matrícula/SIAPE: 1515902
<p>(Assinado Eletronicamente)</p> <p><b>José Carlos de Castro</b></p> <p><b>Cargo de Assessoria III - COAFI/URCE</b></p> <p><b>Fortaleza, 19 de novembro de 2021.</b></p>	

DE ACORDO DA CHEFIA IMEDIATA	
Nome: Francisca Verônica Jucá de Moraes	Matrícula/SIAPE: 1513163
<p>(Assinado Eletronicamente)</p> <p><b>Francisca Veronica Juca de Moraes</b></p> <p><b>Coordenadora de Administração e Finanças</b></p> <p><b>Fortaleza, 19 de novembro de 2021.</b></p>	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
Nome: André Luis Buss	Matrícula/SIAPE: 1534637
<p>Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, APROVO o referido documento.</p>	
<p>(Assinado Eletronicamente)</p> <p><b>André Luis Buss</b></p> <p><b>Superintendente de Gestão Administrativa</b></p> <p><b>Brasília/DF, __ de novembro de 2021.</b></p>	



Documento assinado eletronicamente por **IRINEU PIRES SOBRINHO, CARGO COMISSONADO TÉCNICO**, em 22/11/2021, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS DE CASTRO, CA III**, em 22/11/2021, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA VERONICA JUCÁ DE MORAIS, Coordenador(a)**, em 22/11/2021, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUÍS BUSS, Superintendente Substituto(a)**, em 22/11/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8874789** e o código CRC **44B1FEAE**.

# Estudo Técnico Preliminar 7/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50525001404/2021-11

## 2. Descrição da necessidade

1.

A sede da URCE está instalada desde o dia 03/09/2021 no imóvel localizado na Av. Deputado Paulino Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras – CEP 60.864-311 em Fortaleza/CE. Referido imóvel foi cedido, sem ônus, pelo DNIT/CE. O imóvel corresponde a uma área de 5.885,95 m<sup>2</sup> incluindo prédio de cerca de 640 m<sup>2</sup> de área construída com 18 ambientes, sendo 12 salas de escritório e 6 de apoio como banheiros, copa, refeitório, além de extenso terreno bastante arborizado. O prédio encontrava-se obsoleto a ponto de não poder ser usufruído plenamente por necessitar de intervenções indispensáveis para sua ocupação e proporcionar segurança às equipes de trabalho. Para instalação da URCE, inicialmente foram realizados serviços de manutenção em apenas 07 salas, incluindo telhamento, troca das instalações elétricas, janelas, piso e pintura de portas e paredes destes ambientes. Estes serviços custaram R\$ 123.381,25 e foram realizados sob coordenação do DNIT/CE, embora custeados pela ANTT conforme acordado no Termo de Cessão de Uso do imóvel. Como já vínhamos em tratativas com o DNIT para cessão desse imóvel e sabendo da necessidade de reformar os ambientes, a COAFI previu o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no Planejamento Anual de Contratações - Ano 2021, aprovado pela Deliberação nº 528, de 18 de dezembro de 2020, no Anexo I - PAC 2021 na planilha "Novas Demandas" - Reforma e adequação da nova sede da URCE, conforme item "3.33". Deduzindo o valor já dispensado em ressarcimento ao DNIT/CE restam R\$ 276.618,75 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos). Cabe esclarecer a impossibilidade do DNIT/CE continuar atendendo as demandas da URCE, mesmo de modo provisório e em caráter de auxílio relevante.

1.

Após a acomodação da URCE no imóvel, observamos que o restante dos ambientes precisa urgentemente de reformas pois encontram-se com paredes deterioradas, piso desgastado, banheiros precisam ser melhorados, janelas ultrapassam luminosidade excessiva, necessidade de retelhamento, instalações elétricas necessitam ser modernizadas, reativação do poço profundo para água de plantas, reforçar os muros que circundam o terreno e reforma das garagens cobertas. É notório apontar que alguns problemas na edificação são perceptíveis ao público em geral. Entretanto trata-se de uma edificação sólida, estrutura resistente, salas amplas, terreno espaçoso para estacionar os veículos oficiais, inclusive o ônibus escritório de propriedade desta Regional.

1.

Não obstante a situação do prédio que sedia a URCE está necessitando de serviços de manutenção corretiva, realizamos um rol exato de ações para contratação de empresa de engenharia capaz de realizar serviços corretivos e recuperar o imóvel, sem acréscimo de área. Os serviços que o prédio demanda conceituam-se como reforma, ainda que isso envolva alguma atividade construtiva civil, como a quebra de paredes, substituição de janelas, divisão de espaços com paredes de drywall ou divisórias, sem contudo alterar as concepções iniciais do prédio. Como a intervenção, nesse último caso, busca inserir uma benfeitoria no bem, não envolvendo uma edificação inédita e capaz de descaracterizar as plantas e descrições iniciais do bem, mas sim a ampliação de uma anterior, ela deve ser entendida como uma reforma, e não uma obra. Além disso, a necessária intervenção não altera a área edificada, nenhuma demolição predial ou construção, mas somente adaptação do ambiente já edificado para viabilizar o funcionamento das coordenações e preservação das áreas comuns da URCE.

1.

Outro ponto que merece destaque é a natureza comum e de pequena monta destes serviços de engenharia. Esta contratação, além de propiciar que os servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, oportuniza adequação ao imóvel, buscando os objetivos da economicidade nos recursos, conforto dos usuários, segurança e conservação do imóvel público. Por se tratar de alterações não significativas da estrutura original do prédio, mas melhorias autônomas e independentes, espelha-se como contratação de serviço comum de engenharia. Os serviços

comuns de engenharia têm por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. Além disso, tais serviços precisam ser padronizáveis de modo a estarem disponíveis, a qualquer tempo, em um mercado próprio de engenharia, identificáveis pela expressão usual no mercado. Embora demandem acompanhamento de um responsável técnico detentor de qualificação profissional específica de engenharia.

1.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

1.

Diante do exposto, finalizamos que a contratação pretendida se configura de fundamental importância, estando presente o interesse público e a conveniência. Destacando a importância do adequado funcionamento das instalações, sistemas e equipamentos, através de instrumentos ágeis de atuação, com a garantia dos serviços prestados, bem como dar condições operacionais para que a sede da Regional mantenha adequado funcionamento, segurança, higiene e conforto, vindo a valorizar e garantir a segurança patrimonial evitando a deterioração do patrimônio público, além de poder oferecer um ambiente melhor de trabalho aos funcionários e colaboradores.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COAFICE/ANTT	FRANCISCA VERONICA JUCA DE MORAIS

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1.

Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art.3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

1.

A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.

Considerando as especificações dos serviços necessários, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1.1.

Contratação de pessoa jurídica, com registro no CREA da jurisdição de sua sede;

1.2.

Ter capacitação técnica e experiência prática para prestar os serviços comprovada através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

1.3.

Disponibilizar matérias para instalação e manutenção, equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e especificada, e pessoal técnico especializado, com registro no CREA para cumprimento do objeto da licitação;

1.4.

Executar os trabalhos com utilização de mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar as normas técnicas gerais exigidas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na fiscalização e execução correspondentes a cada serviço descrito no Termo de Referência;

1.5.

Após sua contratação, a contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativo ao serviço a ser executado;

1.6.

Declaração de Vistoria conforme modelo **ANEXO III** ou Declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto e entrega dos serviços.

2.

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias e iniciar-se-á na data da emissão da ordem de serviço, podendo por interesse da Administração, ser prorrogado por igual período.

1.

Cabe realçar que o fato de ser classificado como serviço comum, não há necessidade da contratada promover transição contratual com transferência de tecnologia ou técnicas.

1.

Os materiais a empregar nos serviços contratados deverão ser novos, de primeira qualidade ou equivalentes e obedecer às especificações do presente trabalho, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos. As marcas dos fabricantes são indicativas da equivalência a ser exigida.

1.

Reserva-se à URCE o direito de impugnar o andamento das atividades e serviços e a aplicação de materiais ou equipamentos que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a contratada a desmanchar por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações.

1.

Os orçamentos dos serviços foram elaborados com base na tabela de Custos e Composições Sintéticos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, publicada pela Caixa Econômica Federal para a unidade da federação Ceará, no mês de referência de outubro/2021. Quando o item não constar nas tabelas do SINAPI, os preços foram compostos utilizando-se de pesquisa de preços no mercado local.

1.

Serão de uso obrigatório os seguintes equipamentos, obedecido ao disposto na Norma Regulamentadora NR-6:

- Capacetes de Segurança: para trabalhos em que haja o risco de lesões decorrentes de queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e de outros acidentes que ponham em risco a cabeça do trabalhador. Nos casos de trabalhos realizados junto a equipamentos ou circuitos elétricos será exigido o uso de capacete especial;
- Óculos de Segurança Contra Impactos: para trabalhos que possam causar ferimentos nos olhos;
- Óculos de Segurança Contra Respingos: para trabalhos que possam causar irritações nos olhos e outras lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos;
- Calçados de Couro: para trabalhos em locais que apresentam os riscos de lesão do pé;

- Equipamentos para Proteção Contra Quedas com Diferença de Nível - Cintos de Segurança: para trabalhos em que haja risco de queda;
- Equipamentos para Proteção Auditiva – Protetores Auriculares: para trabalhos realizados em locais em que o nível de ruído for superior ao estabelecido na NR – 15;
- Atividades e Operações insalubres;
- Equipamentos para Proteção Respiratória;
- Respiradores e Máscaras de Filtro Químico: para trabalhos que ofereçam riscos provenientes de ocorrência de poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde.

1.

Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na redação dada pela Lei nº 12 dezembro de 2010) e nos termos da Instrução Normativa SEGES-MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, a Contratada deverá adotar os critérios e práticas de sustentabilidade Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber. Além disso, a Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de poluição, tais como:

1.1.

Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva. Nos termos dos art.3º e 10º da Resolução CONAMA Nº 307, de 05/07/2002, a contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação. Em nenhuma hipótese a contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

1.2.

Racionalizar o consumo de energia elétrica e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que seja atendido ao exposto no art 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº02/2014;

1.3.

Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

1.4.

Rever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Contrato disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008;

1.5.

Adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas in repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;

1.6.

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

1.

As obrigações da Contratada e da Contratante serão estabelecidas no Termo de Referência.

1.



Será permitida a subcontratação dos serviços por outra empresa até o limite de 30 % do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- b) A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica necessária para a execução do objeto
- c) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 5. Levantamento de Mercado

1.

Considerando as necessidades da URCE, foi realizada pesquisa das soluções existentes no mercado e em uso pelos entes públicos, conforme a seguir:

**Solução 1:** solução sem contratação, com utilização de servidor para prestar o serviço e a compra do material necessário para a realização do serviço.

Descrição: esta solução se caracteriza por oficialmente e informalmente designar servidores para o reparo e manutenção das edificações. Esta solução pressupõe a existência de compatibilidade dentre as atribuições estabelecidas no cargo a qual se pretende se utilizar sob pena de incorrer em desvio de função. Para cada manutenção é necessário realizar um processo de licitação, dispensa ou utilizar o cartão corporativo para compra dos materiais necessários.

Incompatibilidade: conforme citado anteriormente, a realização de serviços dessa natureza exige a intervenção de profissionais especializados, inexistente essa funcionalidade na ANTT, afastando desta maneira a solução interna da demanda.

**Solução 2:** realização de contratação de mão de obra em regime de cessão na jornada semanal de 40 horas.

Descrição: contratação de mão de obra especializada, através de realização de licitação, de forma a contemplar as necessidades identificadas. A característica primordial desta solução é a disponibilização da mão de obra por parte de outra empresa pública sob o regime de cessão de mão de obra.

Incompatibilidade: como a natureza da manutenção e reparo das edificações é esporádica, o profissional pode passar uma grande parte do tempo ocioso. No caso da cessão de mão de obra, o órgão é solidário nas possíveis causas trabalhistas e previdenciárias.

**Solução 3:** realização de contratação de empresa especializada.

Descrição: contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial /corretiva, através de realização de licitação, que deve capacitação técnica para prestar os serviços solicitados conforme levantamento e com base na descrição da Tabela SINAPI.

Compatibilidade: a modalidade de contratação do serviço otimiza os recursos disponíveis pelo fato de melhor atender aos interesses da Administração, fornecendo materiais, mão de obra e os serviços serão realizados conforme descrição da Tabela SINAPI. Ademais, o serviço será realizado mitigando os riscos trabalhistas e previdenciários.

2. Constatamos que o melhor método é a contratação através de pregão, de empresa de engenharia especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, utilizando a descrição dos serviços conforme Tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal para a unidade da federação Ceará no mês de outubro/2021.

3. Baseado nas determinações legais e considerando o cenário atual, os argumentos são favoráveis para escolha desta solução, visto a amplitude da Tabela SINAPI, na qual os valores são públicos, e descreve a maior parte das atividades/insumos para prestação dos serviços objetos desta contratação. Dessa forma, além do custo, aspectos referentes a quantidade, aplicação de recursos e serviços necessários são descritos de forma transparente.

## 6. Descrição da solução como um todo

1.

A contratação abrange a prestação de serviços comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, conforme descrito na Tabela SINAPI, para realização de serviços corretivos e recuperação do imóvel, sem acréscimo de área, na sede da URCE, em regime de execução de empreitada por preço global.

2.

A licitação para esta contratação por meio de preço global, nos moldes em que se encontra, permite à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Dessa forma, os itens foram agrupados em lote único por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. A contratação foi agrupada para permitir maior adesão e competitividade ao certame pelo mercado fornecedor, em razão da quantidade de serviço em cada item, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão.

3.

Avaliando a escolha da solução, além do custo, aspectos relacionados a garantia e a disponibilização de insumos, a utilização da Tabela SINAPI traz valores e índices públicos e transparentes. Isso demonstra o porquê da escolha da solução e identifica os benefícios a serem alcançados, pois a Tabela SINAPI descreve o necessário para atendimento das demandas e a empresa licitante já estará devidamente adjudicada aos objetos mediante procedimento licitatório.

4.

Os serviços serão prestados na Av. Deputado Paulino Rocha, 281, Cajazeiras, Fortaleza/CE, CEP: 60864-311, Telefone: (85) 3388-8100.

5.

Os serviços a serem contratados têm por escopo corrigir as condições de uso em adequado estado de conservação e funcionamento, correção de defeitos e instalação dos equipamentos faltantes, com rigorosa observação dos padrões de segurança recomendáveis para a segurança e conforto dos servidores, colaboradores e usuários.

6.

Devido à alta gama de serviços e materiais que envolvem a contratação, além de prestar os serviços em conformidade com as orientações e normas de sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2010, o futuro prestador deverá:

I - Orientar os colaboradores sobre prevenção e controle de risco, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, água e redução dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

II – Utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;

III - Observar a Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424, de 22 de abril de 2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

IV - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

V - Utilizar, sempre que possível, pilhas recarregáveis, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

VI - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

VII - Colaborar com as medidas de redução de consumo racional de água, cujos encarregados ou prepostos devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados;

VIII - Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiências energética e redução de consumo;

IX - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Contratante onde se prestará o serviço.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e de mão de obra, conforme Tabela SINAPI, quando aplicável, ou por meio de pesquisa de preços no mercado local, nas instalações prediais da sede da Unidade Regional do CEARÁ (URCE),	Serviço	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 276.618,75

### – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (MÁXIMO)	FONTE
1	Prestação de serviços comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e de mão de obra, conforme Tabela SINAPI, quando aplicável (art. 3º do Decreto nº 7.893, de 08/04/2013) ou por meio de pesquisa de preços no mercado local, nas instalações prediais da sede da Unidade Regional do CEARÁ (URCE),	Serviço	1	R\$ 276.618,75	Tabela SINAPI (CEF/IBGE) - Referência Custo de Composições - Desonerado - CEARÁ mês outubro/2021, em conjunto com BDI construção de Edifícios (Acórdão 2.622 /2013) e Anexo I –PAC 2021 Deliberação nº

					528, de 18 de dezembro de 2020 - Tabela 3- Novas Demandas – item 3.33 URCE /COAFI
--	--	--	--	--	---

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1.

Não é recomendável parcelar a contratação em lotes porque um fracionamento poderia comprometer o sucesso da licitação, visto que lotes menores seriam menos interessantes economicamente aos licitantes.

2.

A presente licitação não será parcelada, tendo em vista a natureza dos itens serem correlatos, possibilitando que sua prestação seja realizada por especializada. A contratação de apenas um agrupamento, facilitará a padronização qualitativa dos serviços, tendo em vista que, com fornecedores distintos, dificultar-se-ia o gerenciamento do contrato. Sendo assim, a contratação em sua totalidade atende melhor o planejamento e a escolha da Tabela SINAPI descreve de forma padronizada o que a solução contratada atenda a demanda, evitando dependência excessiva com a contratada.

3.

Por fim, licitar o objeto em um lote é recomendável do ponto de vista técnico e econômico, pois uma única contratada prestará os diversos serviços, facilitando o futuro contrato. Conforme já justificado, o parcelamento dos itens não se mostra uma opção conveniente. O parcelamento levaria a perda de escala e não mostra um melhor aproveitamento do mercado e nem a ampliação da competitividade. Além disso, poderia gerar maior trabalho de fiscalização contratual, tendo em vista a existência de vários contratos para os serviços terceirizados

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes. O objeto da contratação contempla todas as demandas pertinentes às necessidades do serviço.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1.

O objeto desta contratação está incluído no Plano Anual de Contratações – PAC 2021 – Deliberação nº 528, de 18 de dezembro de 2020 e consta na Tabela 3- Novas Demandas – item 3.33 URCE/COAFI- Reforma e adequação da sede da ANTT com valor global estimado no valor de R\$ 400.000,00. Deste valor já foram desembolsados R\$ 123.381,25 quando dos serviços de reparo do imóvel já realizados, sob coordenação do DNIT embora custeados pela ANTT, conforme previsto no Termo de Cessão de Uso do imóvel, datado em 18/05/2021 (Processo nº 50525.001082/2020-11). Deduzindo o valor já dispensado em ressarcimento ao DNIT/CE restam R\$ 276.618,75 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

1.

Este estudo considera a Deliberação nº 63, de 27 de março de 2014, que assegura ao usuário adequada prestação de serviços de transporte terrestre, a Deliberação nº 18 de 11 de janeiro de 2017, que delibera sobre os objetivos

estratégicos e iniciativas estratégicas, a Deliberação nº 528, de 18 de dezembro de 2020, que aprova o Planejamento das Contratações para 2021 e prevê a contratação em questão, a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

1.

A contratação de pessoa jurídica para execução das atividades previstas neste documento encontra amparo legal na seguinte legislação:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002;

Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018;

Instrução Normativa SEGES-MPDG nº 5, de 26 maio de 2017;

Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002;

Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário;

Demais legislações vigentes e correlatas.

1.

A presente contratação também está amparada na Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que limita o custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos orçamentários da União à composição dos custos unitários de insumos ou serviços sendo menores ou iguais à mediana de seus correspondentes na Tabela SINAPI.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1.

Os resultados pretendidos são correção das instalações através de reparos na estrutura, no sistema de iluminação, pinturas e outras intervenções necessárias para o bom funcionamento da atual situação do prédio que sedia a URCE visando otimizar os espaços e dar segurança ao imóvel. Para a Administração Pública é mais econômico efetuar a manutenção do seu patrimônio.

1.

Além disso, os serviços contemplarão a utilização de ambientes que atualmente não estão funcionando por não ter estruturas adequadas e seguras e assim, permitirão a instalação de salas necessárias à URCE e que também não estão em uso por falta de ambiente adequado. Com as melhorias sugeridas, o ambiente deixará de ser um espaço precário e sem condições ideais de uso.

## 13. Providências a serem Adotadas

1.

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

- Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

1.

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

CONTRATAÇÃO COMPLETAMENTE VIÁVEL

## 16. Responsáveis

Trata-se publicação de ETP, referente a contratação de serviços para manutenção predial no prédio da URCE/ANTT.

JOSE CARLOS DE CASTRO

CA III

QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITARIOS DOS SERVIÇOS						
TELHADO COMPLETO						
ITEM	SINAPI 10/2021	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNITARIO	TOTAL
1	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	300	2,95	885,00
2	7189	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO) PERDA 10%	U	150	145,99	21.898,50
3	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. COM PERDA DE 10%	M²	320	18,12	5.798,40
4	7237	RUFO PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, E = 6 MM, ABA *260* MM, COMPRIMENTO 1100MM S/A	U	40	58,77	2.350,80
5	20235	CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, E = 6 MM, ABA 300 MM, COMPRIMENTO 1100 MM (SEM AMIANTO) COM PERDA DE 10%	U	40	57,93	2.317,20
6	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG)	KG	200	0,54	108,00
7	366	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE	M³	0,5	80,00	40,00
8	7271	BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS, (9 X 19 X 19)CM	U	300	0,69	207,00
9	142	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	TB310ML	30	29,25	877,50
10	100981	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE	M³	20	7,28	145,60
11	10527	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M	M/MÊS	53	6,50	344,50
12	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO	M²	350	2,85	997,50
13	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	M	53	15,11	800,83
14	4380	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA 5/16" X 120 MM PARA TELHA FIBROCIMENTO	U	200	1,59	318,00
15	1607	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA CJ METALICA + ARRUELA PVC CONICA)	U	200	0,28	56,00
16	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	50	87,7	4.385,00
17	1213	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	200	16,4	3.280,00
18	4750	PEDREIRO	H	32	16,4	524,80
19	6127	AUXILIAR DE PEDREIRO	H	32	10,79	345,28
20	12869	TELHADOR	H	200	19,57	3.914,00
<b>TOTAL GERAL CUSTOS DIRETOS</b>						<b>49.593,91</b>
<b>TOTAL GERAL COM BDI (25%)</b>			<b>61.992,4</b>			<b>61.992,40</b>

## QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITARIOS DOS SERVIÇOS

PISO, PORTA, JANELA, PAREDES E PINTURA						
ITEM	SINAPI 10/2021	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNIT.	TOTAL
1	97643	REMOÇÃO DE PISO DE MADEIRA (ASSOALHO E BARROTE), DE FORMA MANUAL, SEM M2	M²	160	19,88	3.180,80
2	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO	M²	300	2,85	855,00
3	1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M²	300	29,90	8.970,00
4	34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	850	1,37	1.164,50
5	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	50	4,34	217,00
6	38877	MASSA PARA TEXTURA LISA DE BASE ACRILICA, USO INT. E EXTERNO	KG	120	5,33	639,60
7	35693	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	182	11,76	2.140,32
8	7288	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO	L	20	27,87	557,40
9	38386	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	U	10	4,30	43,00
10	38390	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO) UN CR 29,50	U	6	29,50	177,00
11	38392	PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3M	U	3	47,48	142,44
12	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERM.	U	250	0,47	117,50
13	38393	ROLO DE ESPUMA POLIESTER S/CABO	U	10	10,20	102,00
14	38381	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	H	3	8,35	25,05
15	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	7	18,78	131,46
16	93590	TRASPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³	M³	150	0,53	79,50
17	34584	BLOCO DE GESSO VAZADO, BRANCO, E = *7* CM, DIMENSOES *67 X 50* CM	M²	80	33,55	2.684,00
18	PESQUISA	GESSO COLA	KG	20	3,00	60,00
19	3315	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	400	0,63	252,00
20	39485	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 A 40 MM DE ESPESSURA, COM MARCO EM ACO, NÚCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF. ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO. (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADIÇAS E FECHADURA)	U	3	629,26	1.887,78
21	44019	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO OCULTO / CARENADO, DE LOUCA , BCA, S/ASSENTO	U	2	445,04	890,08
22	PESQUISA	ASSENTO CONVENCIONAL ALMOFADADO PARA VASO SANITÁRIO , COR BRANCA	U	2	98,00	196,00
23	1370	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2 "	U	3	88,38	265,14
24	PESQUISA	PIA RETANGULAR DE CANTO EM AÇO INOXIDÁVEL COM INSTALAÇÃO COMPLETA INCLUSIVE TORNEIRA, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: (37 X 33 X 31)CM (L1 X L2 X D)	U	1	487,00	487,00
25	PESQUISA	ARMÁRIO SOB PIA COMPLETO, EM MDF 16MM, COM 02 PORTAS 03 PRATELEIRAS. MEDIDAS = (1,20 X 0,70 X 1,00)(L X P X H)	VB	1	2100,00	2.100,00
26	PESQUISA	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO (2,00 X 0,40)M, 2 FLS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO ACET OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM COM VIDRO CANELADO S/GUARNIÇÃO.	U	1	174,00	174,00
27	102161	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO	M²	12	250,12	3.001,44
28	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	50	87,70	4.385,00
29	4783	PINTOR	H	200	14,17	2.834,00
30	6127	AUXILIAR DE PEDREIRO	H	120	10,79	1.294,80
31	4760	AZULEJISTA OU LADRILHEIRO	H	200	16,90	3.380,00
32	4750	PEDREIRO	H	120	16,40	1.968,00
33	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	16,40	656,00
34	12872	GESSEIRO	H	80	14,17	1.133,60
<b>TOTAL GERAL CUSTOS DIRETOS</b>						<b>46.191,41</b>
<b>TOTAL GERAL COM BDI (25%)</b>			<b>57.739,53</b>		<b>57.739,53</b>	



## QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITARIOS DOS SERVIÇOS

### ELÉTRICA E DADOS

ITEM	SINAPI 10/2021	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNIT.	TOTAL
1	39598	CABO DE PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 5E	M	300	1,91	573,00
2	1021	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	400	4,46	1.784,00
3	1022	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	400	3,11	1.244,00
4	39603	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 6	U	20	3,19	63,80
5	39600	CONECTOR FEMEA RJ - 45, CATEGORIA 5	U	20	16,29	325,80
6	20111	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	ROLO	10	9,25	92,50
7	38112	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	U	7	5,91	41,37
8	38101	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	U	7	6,72	47,04
9	38099	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS (SOMENTE SUPORTE)	U	7	1,30	9,10
10	38092	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	U	7	1,97	13,79
11	93590	TRASPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³	M³/km	5	0,75	3,75
12	2370	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSAO MAXIMA DE 240V	U	8	11,25	90,00
13	39262	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1KV, 3 CONDUTORES DE 25MM²	M	24,61	73,79	1.815,97
14	PESQUISA	ELETROCALHA PERFURADA 150 X 50 - 3 METROS	PÇA	10	99,67	996,70
15	PESQUISA	EMENDA INTEGRAL U PERFURADA - 150 X 50 MM	PÇA	5	8,16	40,80
16	1576	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 25 MM2, 1 FURO, E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M8	U	10	2,47	24,70
17	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	20	87,70	1.754,00
18	2438	ELETROTECNICO	H	40	17,71	708,40
19	2436	ELETRICISTA	H	80	14,17	1.133,60
20	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80	16,69	1.335,20
<b>TOTAL GERAL CUSTOS DIRETOS</b>						<b>12.097,52</b>
<b>TOTAL GERAL COM BDI (25%)</b>			<b>15.121,90</b>		<b>15.121,90</b>	

## QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITARIOS DOS SERVIÇOS

ÁREAS EXTERNAS DESCOBERTAS						
ITEM	SINAPI 10/2021	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNITARIO	TOTAL
1	PESQUISA	RECUPERAÇÃO DAS VIAS DE PAPASSEIO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA.	M²	442,4	98	43.355,20
2	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG)	KG	2000	0,54	1.080,00
3	366	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE	M³	30	80,00	2.400,00
4	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	22	6,5	143,00
5	35693	TINTA LATEX ACRILICA ECONOMICA, COR BRANCA	L	131	9,32	1.220,92
6	PESQUISA	PILAR DE CONCRETO QUADRADO (0,13 X0,13 X 3,50)M COLOCADO	VB	4	420	1.680,00
7	7189	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO) PERDA 10%	U	145,99	97,63	14.253,00
8	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. COM PERDA DE 10%	M²	132	18,12	2.391,84
9	1607	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA CJ METALICA + ARRUELA PVC CONICA)	U	100	0,28	28,00
10	4380	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA 5/16 " X 120 MM PARA TELHA FIBROCIMENTO	U	100	1,59	159,00
11	7271	BLOCO CERAMICO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS, (9 X 19 X 19)CM	U	2000	0,69	1.380,00
12	7288	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO	L	12	27,87	334,44
13	PESQUISA	RECUPERAÇÃO DO PORTÃO DE FERRO CHAPA 18 UNICA (4,00 X 2,60)M, CHAPA COM TELA ARAMADA	VB	1	1.400,00	1.400,00
14	PESQUISA	PORTÃO PRINCIPAL EM CHAPA DE AÇO,18, 02 PORTAS (4,30 X 2,60)M	VB	1	5.800,00	5.800,00
15	10527	LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1 M*	M/MÊS	53	6,00	318,00
16	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA)	M	53	13,83	732,99
17	3904	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	U	10	0,8	8,00
18	PESQUISA	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA EM AÇO, TIPO ARCO, COM TELHAS DE ALUMINIO E LIGAÇÕES PARAFUSADAS. (S/COLUMNAS)	M²	55	210	11.550,00
19	PESQUISA	PILAR DE CONCRETO QUADRADO (0,20 X0,20 X 3,00)M COLOCADO	VB	12	520	6.240,00
20	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	120	4,08	489,60
21	3529	3529 JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL UN CR 0,80	U	10	0,8	8,00
22	119	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, BISNAGA COM 75 GR	U	1	6,5	6,50
23	PESQUISA	RECUPERAÇÃO DA GUARITA	VB	1	2.495,64	2.495,64
24	PESQUISA	COMUNICAÇÃO VISUAL OFICIAL DA URCE/ANTT	VB	1	8.063,00	8.063,00
25	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	40	87,7	3.508,00
26	1213	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	80	16,4	1.312,00
27	4750	PEDREIRO	H	40	16,4	656,00
28	6127	AUXILIAR DE PEDREIRO	H	40	10,79	431,60
29	246	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO	H	40	10,04	401,60
30	12869	TELHADOR	H	80	19,57	1.565,60
<b>TOTAL GERAL CUSTOS DIRETOS</b>						<b>113.411,93</b>
<b>TOTAL GERAL COM BDI (25%)</b>			<b>141.764,92</b>			<b>141.764,92</b>

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE - URCE**

**Av. Deputado Paulino Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras – Fortaleza/CE FONE: (085)3388.8100**

**CNPJ: 04.898.4888/0006/81**

**PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS**

<b>ÁREA</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
TELHADO COMPLETO	61.992,40
PISO INTERNO E PINTURA	57.739,53
ELÉTRICA E DADOS	15.121,90
ÁREAS EXTERNAS DESCOBERTAS	141.764,92
<b>TOTAL GERAL COM BDI (25%)</b>	<b>276.618,75</b>

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE - URCE**

Av. Deputado Paulino Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras – Fortaleza/CE FONE: (085)3388.8100  
 CNPJ: 04.898.4888/0006/81

**COMPOSIÇÃO DO BDI  
 ( Bonificação e Despesas Indiretas )**

**MÃO-DE-OBRA**

<b>GRUPO A</b>	<b>5,00%</b>
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
S - TAXA DE SEGUROS	0,20%
R - TAXA DE RISCOS	0,60%
G - TAXA DE GARANTIAS	0,20%
<b>GRUPO B</b>	<b>0,50%</b>
DF - DESPESAS FINANCEIRAS	0,50%
<b>GRUPO C</b>	<b>6,14%</b>
L - LUCRO	6,14%
<b>I - INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS</b>	<b>12,15%</b>
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
ISSQN	4,00%
<b>BDI COM IMPOSTOS</b>	<b>27,49%</b>

Fórmula para cálculo do BDI conforme Acórdão Nº 2622/2013 – TCU –  
 Plenário

AC = taxa de Administração  
 Central;

S = Taxa deSeguros

R = taxa de risco

G = taxa de garantias

DF = taxa de despesas  
 financeiras

L = taxa de  
 lucro/remuneração

I = taxa de incidência de  
 impostos(PIS, COFINS,  
 ISS)

BDI =	$\frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$	<b>27,49%</b>
-------	---	---------------

**Alíquota ISSQN Municipio Z: 4%**

**BDI médio: 25,0220%**

**COMPOSIÇÃO DO BDI  
 ( Bonificação e Despesas Indiretas )**

**MATERIAL**

<b>GRUPO A</b>	<b>5,00%</b>
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
S - TAXA DE SEGUROS	0,20%
R - TAXA DE RISCOS	0,60%
G - TAXA DE GARANTIAS	0,20%
<b>GRUPO B</b>	<b>1,00%</b>
DF - DESPESAS FINANCEIRAS	1,00%
<b>GRUPO C</b>	<b>6,14%</b>
L - LUCRO	6,14%
<b>I - INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS</b>	<b>8,15%</b>
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
ISSQN	0,00%
<b>BDI COM IMPOSTOS</b>	<b>22,55%</b>

Fórmula para cálculo do BDI conforme Acórdão Nº 2622/2013 – TCU –  
 Plenário

AC = taxa de Administração  
 Central;

S = Taxa deSeguros

R = taxa de risco

G = taxa de garantias

DF = taxa de despesas  
 financeiras

L = taxa de  
 lucro/remuneração

I = taxa de incidência de  
 impostos(PIS, COFINS,  
 ISS)

BDI =	$\frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$	<b>22,55%</b>
-------	---	---------------

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE – URCE**

**Av. Deputado Paulino Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras – Fortaleza/CE FONE: (085)3388.8100**

**CNPJ: 04.898.4888/0006/81**

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	MESES PARA EXECUÇÃO						TOTAL/ITEM/R\$
	1	2	3	4	5	6	
TELHADO COMPLETO	100%						61.992,40
PISO INTERNO E PINTURA		100%					57.739,53
ELÉTRICA E REDE DE DADOS			100%				15.121,90
ÁREAS EXTERNAS				40%	40%	20%	141.764,92
TOTAL							276.618,75

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE – URCE**

**Av. Deputado Paulino Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras – Fortaleza/CE FONE: (085)3388.8100**

**CNPJ: 04.898.4888/0006/81**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, através do  
Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador do RG nº.  
\_\_\_\_\_, e inscrito no CPF  
nº. \_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou  
conhecimento de todas as informações relativas às condições locais para o  
cumprimento das obrigações referentes ao objeto da licitação em epígrafe, através de  
vistoria nas instalações da ANTT/Unidade Regional do Ceará, situada na Av. Deputado Paulino  
Rocha, 281 – Bairro Cajazeiras em Fortaleza/CE,  
na qual será prestado os serviços, mediante inspeção e coleta de informações de  
todos os dados e elementos que possam vir a influir na execução dos serviços  
pertinentes.

**ANTT/ URCE- Coordenação de Administração e Finanças**

**Equipe de Planejamento da Licitação:**

**Ciente Servidor:** \_\_\_\_\_ **Siape nº.** \_\_\_\_\_

**Em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Ciente Empresa:** \_\_\_\_\_

**Em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-CE**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº CE20210892854**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**

INICIAL

**1. Responsável Técnico**

**IRINEU PIRES SOBRINHO**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0607675632**

Registro: **3382D CE**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **Agência Nacional de Transportes Terrestres**

**AVENIDA DEPUTADO PAULINO ROCHA**

Complemento:

Cidade: **FORTALEZA**

Bairro: **CAJAZEIRAS**

UF: **CE**

CPF/CNPJ: **04.898.488/0006-81**

Nº: **281**

CEP: **60864311**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 276.618,75**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**AVENIDA DEPUTADO PAULINO ROCHA**

Complemento:

Cidade: **FORTALEZA**

Data de Início: **03/01/2022**

Previsão de término: **01/06/2022**

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **Agência Nacional de Transportes Terrestres**

Bairro: **CAJAZEIRAS**

UF: **CE**

Código: **Não Especificado**

Nº: **281**

CEP: **60864311**

Coordenadas Geográficas: **3.768442, 38.570079**

CPF/CNPJ: **04.898.488/0006-81**

**4. Atividade Técnica**

8 - Consultoria

23 - Consultoria > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO >  
 #1.1.2.1 - DE ALVENARIA

Quantidade

160,00

Unidade

hh

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

Obra de reforma de alvenaria, instalações, pintura, piso

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA - NÃO OPTANTE

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

**IRINEU PIRES SOBRINHO - CPF: 075.569.184-91**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local

data

**Agência Nacional de Transportes Terrestres - CNPJ: 04.898.488/0006-81**

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 233,94**

Registrada em: **19/11/2021**

Valor pago: **R\$ 233,94**

Nosso Número: **8214983302**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: A0641  
 Impresso em: 19/11/2021 às 23:44:01 por: , ip: 191.34.235.52

[www.creace.org.br](http://www.creace.org.br)  
 Tel: (85) 3453-5800

[faleconosco@creace.org.br](mailto:faleconosco@creace.org.br)  
 Fax: (85) 3453-5804



**CREA-CE**  
 Conselho Regional de Engenharia  
 e Agronomia do Ceará

